

COMUNIDADE PANKARARU EQUIPE DE SAÚDE – PSF - UBS REAL PARQUE

População indígena urbanizada

Atualmente, o processo de urbanização tem forte influência sobre a maioria dos povos indígenas no Brasil, pois existe uma parcela significativa da população indígena morando nos centros urbanos (Ferri 1990, Spyer 1990, IBGE 2000, Baines2001).

Em geral, na América Latina, a maioria das pessoas mora nas cidades e a migração na direção das cidades está aumentando (Gilbert 1998). Há, todavia, muita desinformação e polêmica acerca da presença da população indígena nos centros urbanos. No Brasil, essa presença não é registrada com precisão nos censos demográficos, pois estes, em sua quase totalidade, levam em conta apenas as populações que residem nas terras indígenas. Também há grupos indígenas que vêm temporariamente para a cidade, moram em acampamentos e não querem viver em terras indígenas.

Segundo o censo do IBGE de 2000, nos centros urbanos residem 383.298 índios, o que representa 52,2% do total da população indígena, que foi calculado em 734.127 indivíduos (IBGE 2000).

A focalização da pesquisa sobre os jovens indígenas nas áreas urbanas é importante pelo menos por duas razões. Em primeiro os números do censo da FUNAI e do IBGE variam muito devido aos diferentes métodos utilizados. O IBGE usa no seu levantamento a auto declaração de cor ou raça da pessoa: se for preta, branca, amarela, parda ou indígena. Segundo os dados do IBGE, desde 1991 o aumento da população indígena foi 150%. Entre as possibilidades apresentadas para explicar o crescimento da população indígena destacam as seguintes: maior número de nascimentos do que mortes, imigração dos índios dos países vizinhos, aumento do número de índios urbanizados. De qualquer forma, os resultados indicam que hoje em dia a identidade étnica indígena não é escondida.

Segundo o Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 2000), existem cerca de 35 mil indígenas vivendo na Grande São Paulo, 25 mil apenas na capital paulista.

No município de São Paulo, como movimento migratório de aldeias localizadas em outros estados para o meio urbano da capital paulista, podemos destacar o do povo indígena Pankararu.

Os Pankararu do bairro Real Parque, na zonal sul da cidade de São Paulo, formam um grupo estimado em torno de 800 pessoas, que ocupa parte da favela de mesmo nome no bairro do Morumbi, no município de São Paulo. Esse grupo tem origem na intensificação do fluxo de deslocamentos de trabalhadores do Nordeste para as grandes cidades do Sudeste a partir da década de 1940. O trabalho, na maioria dos casos, era nas equipes de desmatamento da Cia. de Luz do Estado e, inicialmente era agenciado por “gatos” que iam buscá-los na própria aldeia, para entregá-los, em lotes, aos “empreiteiros” das obras.

A sucessiva elevação de um desses trabalhadores ao papel de “gato” e mais tarde de empreiteiro da obra de desmatamento da Cia. de Luz, acabou acarretando um fluxo direto e

constante entre o Brejo dos Padres e São Paulo nas décadas de 1950 e 1960. Em pouco tempo São Paulo tornou-se uma referência para todo o grupo.

Em São Paulo, seus rituais jamais foram esquecidos, dançam o toré em festas e solenidades usando o praiá (vestimenta de palha e corda), que simboliza o Deus dos pankararus. Nos rituais, dançam em círculos, tocam o maracá (chocalho) e fumam o campião (cachimbo em forma de cone). Utilizam-se também de rezadeiras.

Portanto, apesar de moradores de um bairro da capital paulista, pelo fato de serem índios e por conseqüência terem hábitos e crenças diferentes, portanto de uma cultura diferente a nossa e da maior parte da população adjacente a essa comunidade, necessitam de um olhar diferenciado e uma política de saúde pública que contemple essa especificidade, conforme prevê o **capítulo V da Lei orgânica de Saúde**.

... § 2o O SUS servirá de retaguarda e referência ao Subsistema de Atenção à Saúde Indígena, devendo, para isso, ocorrer adaptações na estrutura e organização do SUS nas regiões onde residem as populações indígenas, para propiciar essa integração e o atendimento necessário em todos os níveis, sem discriminações.

§ 3o As populações indígenas devem ter acesso garantido ao SUS, em âmbito local, regional e de centros especializados, de acordo com suas necessidades, compreendendo a atenção primária, secundária e terciária à saúde.

Sendo assim a FUNASA/MS, como órgão responsável, na época, pela implantação da Política Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas buscou parceria junto ao Gestor Municipal da Saúde de São Paulo no sentido de garantir o acesso também dessa população indígena ao sistema municipal de saúde de forma plena.

A implantação/implementação dos programas de atenção básica à saúde do Ministério da Saúde e Secretaria Municipal da Saúde para a comunidade indígena do Real Parque, promovendo sua inclusão social no que diz respeito ao seu acesso aos serviços e programas de saúde municipal.

Metodologia:

Para o planejamento da forma de atendimento, foram realizadas reuniões na UBS - Real Parque, durante as negociações para implantação de 01(uma) equipe PSF no local com a participação de setores técnicos da Secretaria Municipal da Saúde, Fundação Nacional de Saúde – FUNASA/MS, lideranças comunitárias (indígenas e não indígenas) e membros da equipe de saúde (parte já atuava junto a essa comunidade indígena no Real Parque), com o objetivo de planejar e esclarecer dúvidas.

Ficou estabelecido nessas reuniões que a equipe de PSF teria em sua composição além da auxiliar de enfermagem acima citada, 02 (dois) agentes indígenas de saúde - AIS também como estratégia de atuação junto à comunidade indígena, com o objetivo de garantir a implantação do Programa de Saúde da Família – PSF que contemplasse a especificidade daquela comunidade indígena. Esses AIS, que já atuavam anteriormente a proposta de

implantação da equipe do PSF, integrariam junto aos ACS a serem contratados, a equipe de saúde do local.

Por se tratar de contratação de equipe de PSF as negociações internas na Secretaria Municipal da Saúde, se deram no âmbito do setor responsável pela Atenção Básica, sendo a Área Técnica Saúde da População Indígena responsável especificamente pelos assuntos relacionados ao atendimento da população indígena.

A Secretaria Municipal da Saúde inicialmente em 2004 através de um convênio com a Fundação Nacional de Saúde – FUNASA/MS e posteriormente com recursos de incentivos da SAS/MS e também com recursos próprios, através de convênio com instituição parceira manteve a contratação de 02 (dois) agentes indígenas de saúde - AIS Pankararu, considerando a denominação AIS descrita na Política Nacional de Atenção a Saúde dos Povos Indígenas, e levando-se em consideração que a realização de contratação de AIS a nível nacional pelos municípios quando do atendimento a comunidades indígenas difere do aplicado aos ACS.

A partir de 2006, após as negociações acima citadas, a Secretaria Municipal da Saúde implantou uma Equipe de Saúde PSF composta por: 01 médico; 01 Enfermeiro; 01 Auxiliar de Enfermagem (Pankararu); 02 Agentes Indígenas de Saúde (Pankararu). Essa Equipe foi formada para atender especificamente a Comunidade Pankararu residente no Real Parque. Encontra-se lotada na UBS Real Parque.

Houve também a aquisição de insumos e equipamentos necessários para a realização dos atendimentos da Equipe.

Protocolos:

Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas/ dezembro de 2000.
Todos os protocolos de atendimentos e atenção à saúde foram implantados respeitando a cultura indígena.

Sistema de informação:

O SIASI - Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena contém somente o cadastrado da população indígena do Real Parque. Segundo informações da FUNASA/MS não há atualmente no âmbito do Ministério da Saúde a integração dos bancos de dados/ informações do SIASI e demais sistemas de informação do SUS, como SIM, SINASC, SINAN, SIA, etc.

O SIAB e todos os Sistemas de Informação em Saúde do Ministério da Saúde são alimentados pela Equipe de Saúde.